

RESÍDUOS SÓLIDOS

Porto Alegre quer avançar na reciclagem pós-enchente

Capital busca melhorar em sustentabilidade ao ampliar esforços para elevar a reciclagem de 5,6% para 29% até 2028

Osni Machado

No Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado neste 5 de junho, Porto Alegre ainda carrega as marcas da enchente de 2024, considerada um dos maiores desastres naturais da história do Rio Grande do Sul.

Permanecem na memória da população os grandes volumes de resíduos sólidos espalhados pelas ruas da Capital e os desafios enfrentados à época pelo poder público para solucionar o problema e evitar riscos sanitários à população.

Em entrevista ao Jornal do Comércio, Carlos Alberto Hundertmarker, diretor-geral do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), destacou que a cidade trabalha alinhada às metas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares), com o objetivo de elevar o índice de reciclagem dos atuais 5,6% para 29% até 2028.

Segundo Hundertmarker, Porto Alegre mantém, muito antes da catástrofe climática, duas frentes estratégicas: o cumprimento das metas nacionais de gestão ambiental e a execução do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Atualmente, o DMLU fiscaliza cerca de 110 contratos, convênios e parcerias ligados à limpeza urbana.

O diretor-geral do DMLU

lembrou que Porto Alegre foi pioneira no País ao implantar a coleta seletiva ainda nos anos 1990 e ao encerrar lixões em conformidade com as metas ambientais nacionais. Hoje, a coleta seletiva atende 100% do território da Capital.

Para ampliar a capacidade de reciclagem, o município elevou os investimentos nas unidades de triagem, passando de aproximadamente R\$ 1,3 milhão para R\$ 2,4 milhões. “Hoje reciclamos 5,6%, o dobro da média nacional, mas queremos alcançar 29% até 2028”, afirmou.

A estratégia inclui campanhas permanentes de conscientização, ações em escolas, feiras e praças, além da atuação de educadores ambientais em bairros como Cidade Baixa, Menino Deus e Centro Histórico. O município também aposta na modernização da coleta automatizada por contêineres, com investimento de cerca de R\$ 84,5 milhões em 19 bairros.

Em regiões com elevado índice de vandalismo, como a Cidade Baixa, os antigos equipamentos de plástico começaram a ser substituídos por modelos metálicos. Conforme o diretor, somente naquele bairro cerca de 150 contêineres foram incendiados, de um total de 450 unidades. “Cada reposição custa em torno de R\$ 20 mil aos cofres públicos, considerando limpeza, retirada de resíduos e reinstalação”.

Em relação aos impactos das enchentes de 2024 sobre o sistema de limpeza urbana da Capital, o diretor classificou a operação de retirada de resíduos como uma das maiores já executadas pelo município.



Porto Alegre tem oito ecopontos para descarte de resíduos volumosos; coleta, reciclagem e destinação final ainda são desafios

Para recuperar aproximadamente 30% da cidade atingida pelas águas, o DMLU precisou investir mais de R\$ 100 milhões em contratos emergenciais e na destinação de resíduos.

Segundo o gestor, além do volume extraordinário de entulhos, móveis, eletrodomésticos e materiais descartados após a inundação, o município enfrentou dificuldades logísticas e operacionais para restabelecer as condições mínimas de limpeza urbana. O cenário expôs a necessidade de ampliar a estrutura de gestão de resíduos diante de eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes.

Na destinação final, Porto Alegre encaminha diariamente cerca de 1,7 mil toneladas de resíduos ao aterro sanitário de Minas do Leão. O material passa inicialmente pela estação de transbordo da Lomba do Pinheiro

e percorre aproximadamente 110 quilômetros até o destino final.

O sistema é apontado pelo DMLU como referência em sustentabilidade devido à produção de biometano a partir do biogás gerado pela decomposição dos resíduos. A usina operada pela CRVR recebeu investimento de aproximadamente R\$ 150 milhões e produz, desde setembro de 2025, cerca de 66 mil metros cúbicos diários de combustível renovável.

Parte da frota utilizada no transporte de resíduos já opera com o combustível produzido no próprio aterro, em um modelo considerado pioneiro de economia circular. O custo mensal do transporte até Minas do Leão gira em torno de R\$ 3 milhões.

Outro desafio permanente é o descarte irregular. Atualmente, Porto Alegre possui cerca de 180 focos de lixo mapeados. O DMLU estima investimentos anuais próximos de R\$ 600 milhões em todo o sistema de limpeza urbana. Em algumas regiões, as equipes precisam retornar até três vezes por semana para remover resíduos descartados de forma inadequada.

Para combater o problema, a prefeitura mantém nove ecopontos gratuitos destinados ao recebimento de móveis, eletrodomésticos, óleo de cozinha, calça e restos de poda, além da meta de ampliar a estrutura com mais cinco unidades. Paralelamente, o município intensificou a fiscalização e aplica entre 40 e 50 multas semanais por descarte irregular, com valores entre R\$ 900 e R\$ 8 mil.



Carlos Alberto Hundertmarker, diretor-geral do DMLU

O diretor também ressaltou a importância da inclusão social dos catadores. As unidades de triagem seguem recebendo os materiais da coleta seletiva e passam por projetos de modernização financiados em parceria com organismos internacionais. Programas municipais de capacitação buscam ampliar as oportunidades de inserção profissional dos trabalhadores do setor.

Ao projetar o futuro da limpeza urbana da Capital, o dirigente afirmou que a meta é transformar Porto Alegre em referência nacional em sustentabilidade e reciclagem. “Uma cidade limpa gera saúde pública, atrai investimentos, turismo e melhora a qualidade de vida”, afirmou. Segundo ele, as metas ambientais do DMLU são acompanhadas mensalmente até 2028, com foco na redução dos focos de lixo e na ampliação da reciclagem.



Cheia do Guaíba criou problemas para a gestão pública municipal, exigindo uma grande operação de limpeza